

GRAMATICALIDADE ACEITABILIDADE: UMA
NOVA REFORMULAÇÃO DO CERTO-ERRADO?

Jonas de Araújo Romualdo
Unicamp

Dentro da nossa cultura, um dos comportamentos mais arraigados é o de rotular como *certas* ou *erradas* as formas lingüísticas com as quais nos deparamos no nosso cotidiano. O não estudioso da linguagem tem sempre uma atitude natural de aprovação ou reprovação das formas usadas quer pelos parceiros adultos, quer pelas crianças, quer pelos seus subordinados.

Do lado dos estudiosos da linguagem, esse tipo de comportamento ganha contornos sutis. No curso da história do Ocidente, erigem-se costumeiramente razões, constroem-se explicações que permitem aos estudiosos da linguagem exercerem com segurança esse papel de censor das formas lingüísticas. É claro que essas posturas se revestem sempre de formulações diferentes, adaptando-se, portanto, às circunstâncias históricas em que emergem. Em suma em várias épocas da história do estudo da linguagem no Ocidente, o papel do estudioso era o de justificar as exclusões: diante de fatos de línguas trabalhar critérios que separassem formas lingüísticas, digamos, "legítimas" das formas "não-legítimas".

É bastante conhecido que as categorias certo-errado remontam aos estudos lingüísticos realizados dentro da cultura grega. Várias foram as bases dessa classificação que implica no duplo movimento de exclusão-inclusão de formas lingüísticas. Cito aqui um comentário de Câmara (1975): "A necessidade de tornar a linguagem eficiente para o pensamento filosófico e de disciplinar o pensamento através do disciplinamento da linguagem dá lugar a um tipo de estudo híbrido, filosófico e lingüístico ao mesmo tempo, a que os gregos chamaram de *lógica*. Assim, estamos diante do que podemos chamar *O Estudo Lógico da Linguagem*. Este tipo de estudo combina-se com *O Estudo do Certo e Errado* e empresta um colorido científico à orientação lingüística das classes superiores". Em outras palavras, a chamada *lógica* oferecia os instrumentos que justificavam a "legitimação" e exclusão de formas lingüísticas. Um outro critério, agora baseado nos estudos filológicos dos alexandrinos, era o de pureza lingüística: o parâmetro através do qual se separavam as formas "legítimas" das ilegítimas" era a lín

gua utilizada pelos autores clássicos, tidos como portadores de bons modelos de linguagem. A tradição dos estudos lingüísticos dos romanos não conseguiu fugir das principais coordenadas fornecidas pelo gregos. Na Idade Média é comum, em muitos estudos lingüísticos da época, o latim servir de parâmetro pelo qual se separavam as formas legítimas das não-legítimas. Os estudiosos da linguagem na Europa, mesmo depois da Idade Média, nem sō incorporaram todo esse aparato que vem de estudos gregos e latinos, como muitas vezes continuaram a colocar o latim como parâmetro através do qual se separavam as formas legítimas das não-legítimas. O conceito de vernaculidade tem, muitas vezes, como pano de fundo a idéia da proximidade do latim clássico, instrumento que permite justificar a inclusão - legitimação de formas. Mesmo a autoridade dos bons autores (autoridade que permite separar as boas das más formas) apōia-se muito no conhecimento que esses autores têm do grego e do latim.

Na lingüística moderna, de novo o problema da exclusão-inclusão de formas reaparece desde o seu início, desde o Curso de Lingüística Geral de Saussure. É bom que fique claro que não estou-me referindo aqui ao problema colocado por Saussure da delimitação do objeto: ou seja, ao problema de definição do que era ou não objeto da lingüística, problema por demais discutido de que Saussure tinha plena consciência. Estou interessado em outro tipo de exclusão, aquele em que atua de maneira disfarçada o conceito certo-errado. Por certo, Saussure não pode ser inteiramente responsabilizado pelo o que outros fizeram com sua teoria. Mas, parcela da responsabilidade lhe pode ser atribuída: examine-se, por exemplo, os conceitos língua-fala. Aqui, o conceito certo-errado (em acordo ou em desacordo com normas do tipo social) ganha contornos iguais a: institucional não-institucional. A língua (seja ela o que for) aparece como uma instituição social (forçosamente tida como uma invariante) e a fala aparece como algo espúrio. O que não se interroga é o que faz a língua aparecer como instituição, qual a natureza dessa instituição. Por mais que pesquisadores engenhosos tentem acolher em regras uniformes fatos tão diversos manifestados nas chamadas variações dialetais, sempre sobram fatos que têm de ser, por força, considerados não-legítimos, não conforme *l'ingua*. Em suma, língua e norma nacional coincidem, em última instância, em vários pontos. A procura da unidade (ou da uniformidade que se esconde atrás das variantes) pode estar bem perto da idéia de unidade nacional.

Mas Saussure ainda não é nosso tema. Neste trabalho estou me propondo a refletir como é que a antiga dicotomia certo-errado se manifesta na lingüística atual. Como é que critérios de autoridade se deslocam. Agora, é verdade, não é muito importante a vernaculidade, os bons autores, o gênio da *l'ingua* como instrumentos-base de classificação de formas lingüísticas em boas e más.

Pretende-se aqui interrogar se a lingüística continua elaborando instrumentos (ainda que adequados à novas circunstâncias históricas) que justifiquem um novo modo de recortar os dados lingüísticos ainda, digamos, arbitrariamente em bons e maus. Avanço que nossa hipótese é afirmativa: parece que a nova autoridade que tem poder de legitimação-exclusão é o da chamada objetividade, o do chamado poder de explicação, a chamada capacidade descritiva que algumas teorias reclamam para si.

Examinemos a aplicação de uma teoria atual (embora já clássica), bastante aceita universalmente, aos dados do português. O modelo é o da gramática gerativa-transformacional tipo "Aspects".

É possível fabricar com esse instrumento conceitual a ilegitimidade de uma forma considerada consensualmente como boa, mesmo pela gramática dita normativa? Mais concretamente, há possibilidade de exclusão de formas como (1)

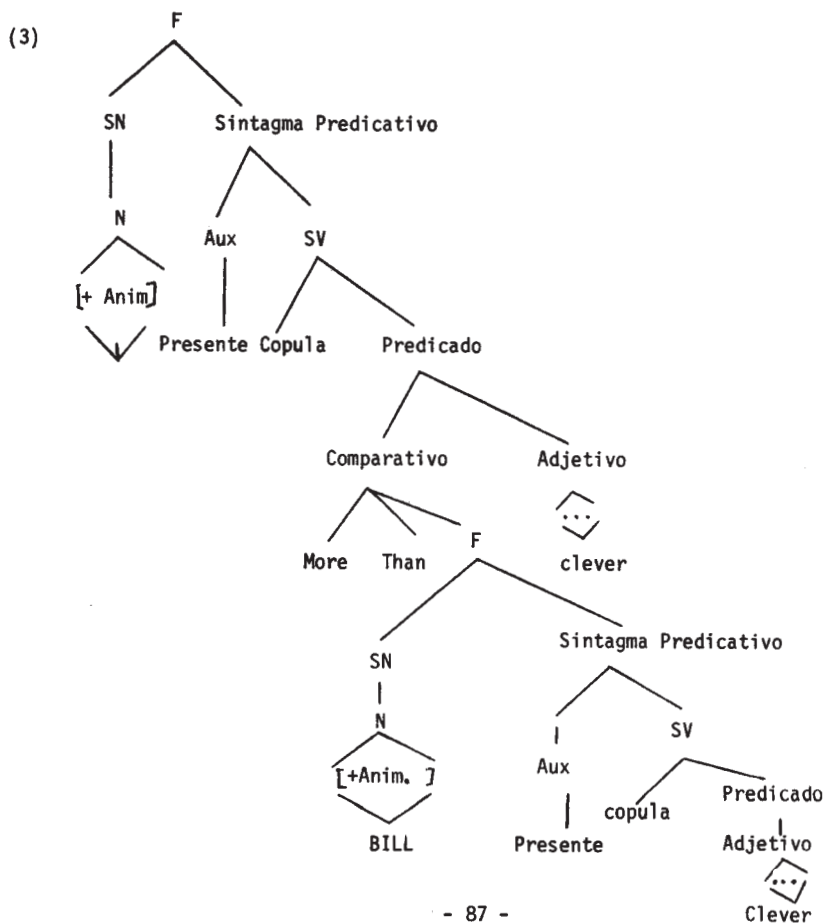
(1) Este caminhão é tão pesado como aquele

forma inegavelmente aceita no consenso geral dos falantes do português?

Esforçar-nos-emos em demonstrar que tal é possível, através da argumentação que segue:

A propósito de correferência e condições a que estão sujeitas as regras de apagamento, Chomsky (1965) atribui à frase (2)

(2) John is more clever than Bill, uma estrutura profunda como (3)



No português, há evidências que permitem analisar uma comparativa co
mo (4)

(4) João é mais inteligente que Pedro

de modo bem próximo à análise proposta para o inglês (Romualdo, 1975).¹

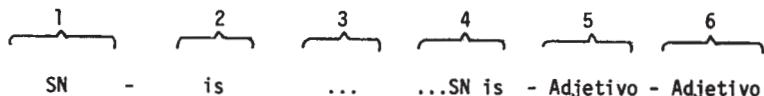
Admitindo-se a existência de uma estrutura profunda como essa, para se gerar frases gramaticais a partir dela, é necessária uma transformação de apagamento, descrita como segue:

uma operação em que o adjetivo da frase matriz apaga o da encaixada.

Assim, admitindo-se que a frase (4) tem uma estrutura profunda aproximadamente como (5):

(5) João é mais que Pedro é inteligente inteligente

(6) a regra proposta por Chomsky aplica-se a uma cadeia como:



em que ... - ... é "mais que", "menos que", "tanto quanto".

Chomsky diz que a aplicação dessa regra só é possível quando os dois adjetivos são idênticos. Discute também possíveis problemas para tal análise: frases como (7):

(7) Estes homens estão mais satisfeitos que Maria, em que o adjetivo da encaixa da não poderia ter sofrido apagamento, porque o adjetivo em questão difere, em relação a gênero e número, do da matriz.

Mas, em relação a frases desse tipo, Chomsky observa que na determinação da identidade ou não de itens lexicais é necessário levar em conta a natureza do conjunto de traços de cada formativo (no nosso caso, os traços do adjetivo). Diz ele que nos exemplos discutidos acima parece que os traços acrescentados ao formativo através de transformação de concordância (os traços (+plural) que o adjetivo "satisfeitos" toma de "homens" ou (-plural), (-masculino) que "satisfeita" toma de "Maria") não são parte do formativo no mesmo sentido em que os traços inerentes ao formativo o são. Assim, continua ele, no caso da transformação relativa, o traço (+plural) do nome (que é um traço que o nome adquire, quando entra no marcador frasal) é um traço que deve ser considerado na determinação da identidade (ou não) com o ou

tro nome. Mas, no caso do adjetivo, as regras de flexão são acrescentadas através da concordância e, por isso, não são levadas em conta na determinação da identidade (ou não) de um item com outro item.

Ainda com relação a apagamento, Chomsky aponta um outro problema aparente: a existência de frases como (8):

(8) Conheço advogados mais bem sucedidos que Pedro

em que, na estrutura profunda, deve aparecer algo como "Pedro é advogado". Aqui, o problema diz respeito ao apagamento do item "advogado", apagamento sob identidade com o item "advogados". O número é ou não traço inerente nos itens em questão? Diz Chomsky que aqui o número não deve ser propriedade distintiva dos nomes em questão, para efeito da operação de apagamento, porque o SN está na posição de predicativo e, por isso, recebe o traço (+plural) não inerentemente, mas sim através da transformação de concordância.

Como conclusão, ele formula um princípio geral para apagamento que é: um termo x pode apagar um termo y se os traços inerentes do formativo x não forem distintos dos traços inerentes de um formativo y.

De qualquer modo, quaisquer que sejam os detalhes da regra de apagamento, o importante parece ser o seguinte: a identidade de alguns elementos na frase comparativa (aparentemente, pensa-se, a identidade dos adjetivos) parece exercer, tal como a identidade dos nomes nas relativas, um papel muito importante.

Agora, observe-se uma frase como (9):

(9) João é tão estudioso quanto Pedro e trabalhador

em que temos uma frase perfeitamente gramatical e em que, pelo menos aparentemente, nenhum elemento foi apagado.

Nesse caso, podemos, no mínimo, supor que a identidade de adjetivos em comparativos (contrariamente ao que ocorre com relativas) não é obrigatória.

Se realmente a identidade de adjetivos não é obrigatória em frases comparativas, cabe verificar, então, se em frases comparativas se exige, pelo menos, a identidade entre quaisquer outros elementos, ou mesmo se não se exige identidade de nenhum elemento da frase.

Em relação ao problema de identidade ou não entre adjetivos da frase comparativa, Milner (1973) argumenta em favor da existência de dois tipos de comparativos: um que exige efetivamente a identidade dos adjetivos envolvidos na comparação e um que não a exige.

Em relação às comparativas do português, Mattoso Câmara (1964) supõe que existem dois tipos de comparativas: quantitativas e assimilativas.

Comparativas tipicamente assimilativas seriam frases como (10) e (11):

(10) A terra é redonda como uma laranja

(11) Pedro é forte como Tarzã

Frases do tipo quantitativa seriam (12) e (13):

(12) Antônio é tão estudioso quanto Pedro.

(13) Paulo é tão inteligente quanto Maria.

Em relação a frases do tipo assimilativo (frases como 10 e 11), Milner diz que nesse tipo de comparação supõe-se que os dois termos comparados têm sempre a mesma propriedade designada pelo adjetivo.

Assim, pode-se parafrasear, por exemplo, (10) através de (14).

(14) A terra é redonda e a laranja também o é.

Diz ele que, sem contradição, não pode ser admitida aí: "a laranja não é redonda".

Em comparativas do tipo (12) e (13), diz ele, pode-se supor que nenhum dos termos comparados tenha a propriedade que permite compará-los. Por exemplo, em relação a uma sentença como (12), pode-se afirmar sem contradição: "Antônio é tão estudioso quanto Pedro", isto é, nenhum dos dois estuda nada". Diz ainda Milner que na comparativa assimilativa o termo introduzido por "como" é considerado um modelo exemplar da propriedade designada e que não se pode, sem contradição, concebê-lo sem esta propriedade. Tal não acontece com o termo introduzido por "quanto" em frases como (12) e (13).

As comparativas do tipo (11) e (12) não podem ocorrer com advérbios que indicam "nuance", advérbios como: aproximadamente, mais ou menos, etc. como em:

(15) *A terra é aproximadamente redonda como uma laranja.

(16) *Pedro é mais ou menos forte como um tarzã.

Jã sentenças como (12) e (13) admitem esse tipo de advérbio:

(17) Antônio é mais ou menos estudioso quanto Pedro.

(18) Paulo é aproximadamente tão inteligente quanto Maria

Esses fatos terão uma explicação se concordamos com Milner quando ele diz que as frases que estamos chamando de assimilativas (comparativas como (12) e (13)) não admitem advérbios de "nuance", porque a qualidade denotada pelo adjetivo é tomada como absoluta. Já com as frases quantitativas, os advérbios de "nuance" são admitidos, pois incidem sobre o "grau" do adjetivo que eles modificam.

Nos seus estudos sobre comparativos Milner propõe que "aussi-que" seja ambíguo: ocorre com frases comparativas e com frases quantitativas. Diz também que comparativas com "come" são não-ambíguas. Ocorrem sempre em comparativas assimilati

Em relação ao português, tentaremos demonstrar que comparativas do tipo "tão-quan" são frases tipicamente quantitativas. As frases comparativas iniciadas por "como" sempre do tipo assimilativo. Realmente, é fácil mostrar que há evidências sintáticas que permitem a identificação dos dois tipos de comparativas discutidas aqui.

É possível, como vimos antes, a existência de frases comparativas em que o adjetivo da frase matriz e o da frase encaixada são diferentes. É o caso de (19).

(19) João é tão estudioso quanto Pedro é trabalhador.

Note-se que nessa sentença estão presentes "Tão-quanto", elementos típicos, conforme nossa análise, de quantitativas.

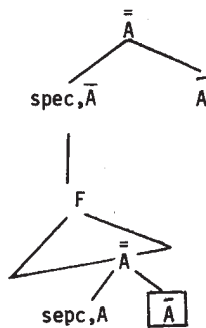
Já com frases assimilativas não é possível a existência de ocorrência de dois adjetivos diferentes. Uma frase como (20) é claramente má:

*João é estudioso como Pedro é trabalhador.

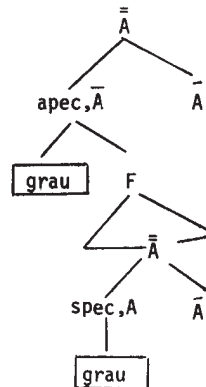
Em suma, estamos tentando dizer que as comparativas do tipo assimilativo exigem a identidade do adjetivo, enquanto que tal identidade não é requerida para as comparativas do tipo quantitativo. Possivelmente, a identidade exigida nas frases comparativas é, como quer Milner, a identidade entre o nódulo "grau" da frase matriz e o nódulo "grau" que deve aparecer também na frase encaixada. Os dois de estruturas em questão poderiam ser representadas como segue:

(21) Tipo (1) e tipo (2)

Tipo (1): assimilativa



Tipo (2): quantitativa



Se esta análise está correta, as frases como (11) e (12) não constituem um verdadeiro contra-exemplo à afirmação de que existe sempre identidade de elementos em estruturas comparativas. Temos sempre, assim, a condição de identidade de elementos respeitada: em comparativas do tipo (1) existirá sempre a exigência de identidade de adjetivos, em comparativas do tipo (2) teremos sempre a identidade do núcleo grau.

O problema que se nos apresenta neste ponto é o seguinte: supor a presença de "grau" no adjetivo que ocorre na frase encaixada é realmente uma proposta "ad hoc" ou existe alguma evidência que nos permite admiti-la? No português, existem evidências de que tal núcleo existe. Partindo da constatação do fato de que há adjetivos que não admitem "grau", adjetivos como "impar", "cansado", "solteiro", etc. consideremos a frase (19) como as (20), (21):

(19) João é tão estudioso quanto Pedro é trabalhador.

(20) *João é tão estudioso quanto Pedro é casado.

(21) * Maria é tão bonita quanto Sônia é solteira.

Por que a frase (19) é boa e a (20) e (21) não o é?

Esses fatos terão uma explicação se admitirmos que a não-gramaticidade de (22) e (23) decorre da ocorrência do adjetivo da frase encaixada com "grau" (presente na E.P., apagado após).

Da mesma forma, são frases não-gramaticais os outros dois tipos de comparativas quantitativas (com "mais" e com "menos").

(22) * Joana é mais bonita que casada

(23) * Joana é menos educada que solteira

Outra evidência de que existe um núcleo "grau" na frase comparante é justamente a presença de quanto².

Não é de todo implausível supor que "quanto" é derivado, através de regras morfofonêmicas, de que + tanto (ou complementizador + "grau"): "quanto" claramente expressa "grau" ao contrário de "que" (segundo termo de comparativa de tipo "mais que", "menos que". Além disso, "quanto" aparece em outras estruturas não-comparativas claramente como quantificador, por exemplo, em estruturas como (24):

(24) Quantos pães vocês querem?

Com base nesses fatos, podemos dizer que o núcleo "grau" como especificador do adjetivo da frase comparante não é "ad hoc". Precisamos realmente admitir sua existência se quisermos explicar fatos como (22) e (23).

Mostramos até agora que há evidências para se distinguir dois tipos de comparativas, uma assimilativa, outra quantitativa.

Como exemplo de comparativa do tipo assimilativo, apontamos frases como (10):

- (10) A terra é redonda como uma laranja, em que não ocorre um advérbio de intensidade (que estamos chamando de "grau") nem antes do adjetivo da frase "comparante", nem antes da frase "comparada". Nesse tipo de frase, o complementizador é "como"

Como exemplo da quantitativa, apontamos a frase como (12)

- (12) Antônio é tão estudioso quanto Pedro, em que aparece "tão-que", "mais-que", "menos-que".

Dissemos também que enquanto as comparativas do francês com "aussi-que" frases como "Pierre se est aussi intelligent qu' Einstein" - são frases ambíguas; diferentemente, no português, não há ambigüidade desse tipo. Dissemos que "quanto" é característico de frases quantitativas. É justamente aqui que outro problema se nos põe. As gramáticas pedagógicas comumente afirmam que existem comparativas de superioridade, nas quais "menos-que" ocorre. Como comparativas de igualdade, todos eles são unânimes em apontar "tão-quanto" "como". Assim, é de se esperar que se considerem comparativas do tipo "tão-como" como quantitativas, como o faz explicitamente Bechara (1960), e, implicitamente, outros gramáticos.

Tentaremos demonstrar que "tão-quanto" não é variante de "tão como". Isto é, que "tão-quanto" parece ser realmente típico de comparativas quantitativas e que "tão-como" se realmente é gramatical, é típico de comparativas assimilativas. Mostraremos também que as frases comparativas em que ocorre "tão-como" quando se esperaria ocorresse "tão-quanto" são, na verdade, frases não-gramaticais, embora, muitas vezes, o grau de aceitabilidade dessas frases seja muito alto.

Vamos supor que frase como (25):

- (25) Pedro é tão forte como Tarzã

se são frases gramaticais, são comparativas assimilativas. "Tão" nesse caso, é um sim ples correlativo (isto é, funciona como primeiro termo da correlação "tão-como"). "Tão" aqui não expressa "grau".

Se isso é verdade, (25) então é sinônima de (11)

- (11) Pedro é forte como Tarzã

Assim, é de se esperar que frases em que "tão-como" ocorre com adjetivos que não podem ser modificados por "grau" sejam, pelo menos, mais aceitáveis do que as em que "tão-quanto" ocorre com adjetivos que não podem ser modificados por "grau".

A frase (26)

(26) * O número 3 é tão ímpar quanto o número 5.

Parece ser menos aceitável do que (27) ou (28)

(27) o número 3 é ímpar como o número 5.

(28) ? O número 3 é tão ímpar como o número 5^3 .

Embora, possivelmente aqui, os casos não estejam suficientemente claros, outras evidências há de que, pelo menos "tão-quanto" não tem o mesmo comportamento de "tão-como".

Por exemplo, o primeiro termo da comparação de uma frase como (29):

(29) A terra é tão redonda como uma laranja.

pode estar ausente nas comparações com "tão-como", conforme podemos observar as frases como (10)

(10) A terra é redonda como uma laranja

Isso nunca ocorre com comparativas com "tão-quanto". Assim, a frase (30), com o primeiro termo de comparação presente, é uma frase gramatical.

(30) A terra é tão redonda quanto uma laranja.

Mas não existe uma frase como (31) em que o primeiro termo da comparação esteja ausente:

(31) * A terra é redonda quanto uma laranja.

Diremos, então, que é razoável supor que "tão-como" é característico de assimilativas, enquanto "tão-quanto" é característico de quantitativas. Se isso é verdade, pode-se supor que a frase (1), citada no início desse estudo, em que a única interpretação possível é quantitativa:

(1) * Este caminhão é tão pesado como aquele

não pode ser uma frase gramatical, embora tal frase tenha, sem dúvida, um alto grau de aceitabilidade. Temos aqui um exemplo de frase "derivadamente" gerada, isto é, gerada por analogia com as frases gramaticais, no caso, analogia com (29).

(29) A terra é tão redonda como uma laranja.

que é uma comparativa assimilativa.

Realmente há fatos mais claros que mostram que "tão-como" não tem o mes

mo grau da gramaticalidade que tem "tão-quanto" em frases comparativas quantitativas. Por exemplo, a frase (32) em que ocorre "tão-quanto" é uma frase boa.

(32) Mariana é tão estudiosa quanto inteligente.

No entanto, se substituirmos "tão-quanto" por "tão-como" em tal frase, ela se torna claramente não-gramatical, conforme podemos ver em (33).

(33) *Mariana é tão estudiosa como inteligente.

Em frases em que não há dúvida alguma de que é quantitativa, frase como a (19) citada acima

(19) João é tão estudioso quanto Pedro é trabalhador

em que o único elemento idêntico deve ser "grau" que está na frase matriz e deve estar na frase encaixada, nesse tipo de frase nunca ocorre "como", conforme podemos verificar em frases como (34)

(34) * João é tão estudioso como Paulo é trabalhador

que é uma frase não-gramatical.

Em resumo, nas frases comparativas, um elemento da frase encaixada parece sempre sofrer apagamento, por identidade a um outro elemento da frase. Esse elemento é obrigatoriamente o adjetivo (e, quem sabe, o advérbio) em comparativas assimilativas. Em comparativas quantitativas, em que não há exigência de identidade entre o adjetivo (ou advérbio) da frase encaixada e o adjetivo (ou advérbio) da frase matriz, esse elemento é "grau". Mostramos também que as comparativas assimilativas ocorrem geralmente ou com o segundo termo da comparação, "como" ou com "tão-como". Finalmente, tentamos demonstrar que as frases quantitativas em que "tão-como" aparece no lugar de "tão-quanto" não podem ser consideradas como frases gramaticais, apesar delas terem um alto "grau" de aceitabilidade.

Provavelmente, eis mais um modo de fabricar a classificação de formas em "legítimas" e "ilegítimas", dessa vez apoiado numa teoria detentora de um poderoso aparato formal-dedutivo. A promoção de uma frase absolutamente aceita pela comunidade de falantes a não-gramatical, no caso frases como (1):

(1) Este caminhão é tão pesado como aquele.

obriga-nos a colocar algumas questões às quais não responderemos propriamente.

1. O que significa gramaticalidade - aceitabilidade, mesmo pensada em termos de grau?

2. Como se pode admitir que uma forma com grande grau de aceitação se já considerada "ilegítima"? Ou seja, qual a atitude (diante das formas lingüísticas) que se oculta atrás da tolerância teórica de se admitir que formas aceitáveis sejam consideradas não-gramaticais?

A nosso ver, o problema não pode ser colocado simplesmente ao nível de hipóteses sobre os dados lingüísticos. Não se trata de simplesmente formular novas hipóteses (no interior de uma mesma teoria) que permitam abranger as formas com alto grau de aceitabilidade, hipótese que descarte uma outra não tão abrangente. O problema para nós se coloca ao nível da questão de se saber qual o significado de uma teoria que permita tal paradoxo, principalmente se ela reivindica para si a descrição do conhecimento tácito que o falante-ouvinte possui de sua língua.

A não coincidência entre aceitabilidade e gramaticalidade nos deveria levar a refletir mais sobre a própria natureza da linguagem e, por conseguinte, a refletir um pouco mais sobre os problemas concernentes à relação entre sistemas formais e dedutivos e as características da linguagem humana: Que tipos de sistemas formais são adequados? Qual o papel de tais sistemas dentro da teoria lingüística? É possível uma utilização adequada à natureza da linguagem desses mesmos problemas? Em que medida?

NOTAS:

1. Há argumentos em favor da análise de comparativos como estrutura subordinada. Há várias evidências da subordinação das comparativas aos advérbios de intensidade (Romualdo, 1975).
2. Milner (1973) sugere que os traços particulares de "grau" da frase subordinada não são inerentes, mas sim introduzidos automaticamente por referência ao "grau" escolhido para o adjetivo da frase matriz. Assim, já que os traços de grau são introduzidos por uma espécie de regra de concordância, a regra de apagamento por identidade pode ser aplicada ao "grau" da frase subordinada (vimos que especificações não inerentes não desempenham nenhum papel na definição de identidade). Milner ainda sugere que se poderia analisar com traços semânticos de "menos" os traços (- igual) (- superior), de "mais" (- igual), (+ superior), e de "tão" (tanto) (+ igual). Propõe como regra: "grau" (± - igual), (igual) (superior).
3. Os fatos não são realmente claros. Mas é possível que a baixa gramaticalidade da frase se deva ao fato de que "tão-como" e "tão-quanto" se interpenetram.

REFERÊNCIAS:

- BECHARA, Evanildo. 1960. *Lições de Português*. Rio de Janeiro. Ed. Fundo de Cultura
- CÂMARA, Jr., J. Mattoso. 1964. *Dicionário de Filologia e gramática*. 2ª ed. (refundida)
Rio de Janeiro, J. Ozon Editor.
- , 1975. *História da Lingüística*. Petrópolis, Vozes.
- CHOMSKY, N. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. MIT-Press, Cambridge, Mass.
- 1970. "Remarks on Nominalizations" in Jacobs e P. Rosenbaun (eds.) *Readings in English Transformational Grammar*. Ginnard Co, Waltham, Mass.
- LYONS, J. 1979. *Introdução a Lingüística Teórica*. São Paulo, Ed. Nacional.
- MILNER, 1973. *Comparatives et Relatives*. Repères, série, bleue, Maison Mane.
- ROMUALDO, J.A. 1975. *Cláusulas comparativas do Português*. Tese de Mestrado, UNICAMP.
- SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix, USP.